



Relatório e Contas 2011

AMB3E - Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos

Índice

Mensagem do Director Geral.....	1
1. Introdução.....	3
1.1. Enquadramento Legal	3
1.2. Enquadramento Macroeconómico	3
2. A Associação.....	5
2.1. Órgãos sociais.....	6
3. Aderentes e Quantidades Declaradas.....	7
3.1. Produtores de EEE Aderentes	7
3.2. Produtores de PA Aderentes.....	7
3.3. Quantidades de EEE Declaradas.....	8
3.4. Quantidades de PA Declaradas	9
4. Rede de Operadores	11
4.1. Rede de Operadores SIGREEE	11
4.1.1. Recepção e Transporte.....	12
4.1.2. Tratamento e Valorização	14
4.2. Rede de Operadores SIGRPA.....	15
5. Recolha e Valorização	17
5.1. Recolha de REEE	17
5.2. Valorização de REEE	19
5.2.1. Reutilização e Reciclagem	20
5.2.2. Valorização	20
5.2.3. Reutilização	21
5.3. Recolha e Valorização de RPA.....	21
6. Comunicação e Sensibilização.....	23
7. Investigação e Desenvolvimento	25
8. Actividade de 2011 e Objectivos para 2012.....	27
8.1. Actividade Realizada em 2011	27

8.2.	Objectivos e Actividades para 2012	29
8.3.	Análise dos Principais Agregados do Balanço	30
8.4.	Análise dos Principais Agregados da Demonstração de Resultados	32
9.	Proposta de Aplicação de Resultados	35
10.	Demonstrações Financeiras	36
10.1.	Balanço	37
10.2.	Demonstração dos Resultados por Naturezas	38
10.3.	Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	39
10.4.	Demonstração dos Fluxos de Caixa	40
10.5.	Notas Anexas às Demonstrações Financeiras	41
11.	Certificação Legal das Contas	57
12.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	61

Mensagem do Director Geral

A gestão de resíduos de EEE tem sido uma das áreas da reciclagem que mais tem crescido nos últimos anos. Também em Portugal se tem verificado esta tendência, tendo aumentado o número de unidades industriais e o investimento em equipamentos mais sofisticados de tratamento e valorização. A AMB3E orgulha-se de ter concorrido activamente para o crescimento destas empresas e também para o financiamento de projectos de Investigação e Desenvolvimento junto das Universidades, fazendo do nosso País uma referência entre os melhores sistemas integrados de gestão de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (REEE) a nível Europeu. Hoje, a actividade da reciclagem contribui para a preservação do Planeta, propicia a criação de emprego e promove a independência da importação de matérias-primas, potenciando uma utilização sustentável dos recursos, em linha com a Estratégia Europeia de Prevenção e Reciclagem de Resíduos.

A economia Portuguesa enfrentou em 2011 um dos maiores desafios da sua história recente. Na sequência de um recrudescimento intenso da crise da dívida soberana na zona euro, as condições de acesso aos mercados de financiamento internacionais deterioraram-se de forma acentuada ao longo de todo o ano, com um forte impacto negativo na economia e consequentemente no sector dos Equipamentos Eléctricos e Electrónicos.

Não obstante este cenário difícil, é um prazer ter findo este ano com o sentimento de missão cumprida. A AMB3E alcançou os objectivos a que se propôs, quer ao nível das quantidades recolhidas, quer mantendo a total cobertura do território nacional e garantido a recolha e tratamento de todos os fluxos gerados.

O Ponto Electrão é hoje uma referência na sociedade, fruto das diferentes campanhas de comunicação e sensibilização realizadas, quer para o público em geral quer para segmentos específicos da população, como sejam os jovens em idade escolar. Com o projecto Escola Electrão continuou-se a incutir a necessidade de reciclar os equipamentos eléctricos em fim de vida, contribuindo para a formação de uma futura geração mais motivada a garantir a sustentabilidade ambiental. Este ano decidiu-se ir mais longe e foram lançados novos projectos na área da comunicação, como o Festival Electrão e o Quartel Electrão, revelando-se este último um sucesso muito acima das expectativas.

A preocupação com a optimização dos gastos operacionais foi e continuará a ser a pedra basilar na gestão da Associação, garantindo eco valores mais favoráveis ao consumidor e a competitividade junto dos nossos aderentes, respondendo assim à conturbada conjuntura económica que o País atravessa. Neste sentido, a área de controlo de gestão foi reforçada, reflectindo o cuidado constante com a identificação clara e a correcta alocação dos custos decorrentes da actividade da Associação.

Apesar da contribuição significativa da AMB3E para que Portugal atingisse a meta de recolha de 4kg/hab./ano de REEE, novos desafios se levantam com a recente aprovação de legislação Europeia mais exigente. Como tal, a Associação decidiu desde já incluir parte destes novos critérios no Caderno de Encargos apresentado à tutela para a renovação da actual licença para o próximo quinquénio, antecipando assim a preparação para as futuras metas Europeias.

Jorge Vicente

Director Geral da AMB3E

Página em branco.

1. Introdução

1.1. Enquadramento Legal

O Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro, estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (REEE). Nas palavras do legislador, este diploma legal tem como objectivo prioritário prevenir a produção de REEE e, subsequentemente, promover a reutilização, a reciclagem e outras formas de valorização, de forma a reduzir a quantidade e o carácter nocivo de resíduos a eliminar, contribuindo para melhorar o comportamento ambiental de todos os operadores envolvidos no ciclo de vida destes equipamentos. No quadro das obrigações impostas pelo referido no Decreto-Lei, os produtores de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (EEE) são responsáveis pelo financiamento da gestão dos resíduos provenientes dos produtos que colocam no mercado, e pela definição, individualmente ou através de uma entidade gestora, da referida rede de sistemas de recolha de REEE.

O diploma transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2002/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003, e a Directiva n.º 2002/96/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003, alterada pela Directiva n.º 2003/108/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Dezembro.

O Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, estabelece o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores (PA) e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores (RPA), transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro.

A AMB3E obteve do Estado Português uma licença específica para a gestão de REEEE, constante do Despacho conjunto n.º 354/2006, de 27 de Abril, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação, e o licenciamento para a gestão de RPA pelo Despacho n.º 1262/2010, do Ministério do Ambiente.

1.2. Enquadramento Macroeconómico

A actividade económica do País desacelerou em 2011, traduzindo-se numa diminuição do PIB de 1,6%, comparativamente com o crescimento de 1,4% observado em 2010. A procura interna diminuiu 5,7%, contrariamente ao aumento de 0,8% verificado no ano anterior. Tal foi sobretudo determinado pelo comportamento das despesas de consumo final das famílias, que diminuíram 3,9% em volume, contra o crescimento de 2,1% em 2010. As principais componentes do consumo privado tiveram comportamento idêntico, com as despesas em bens não duradouros e serviços e as despesas em bens duradouros a diminuírem respectivamente 2,2% e 18,7%.

O indicador de confiança dos consumidores diminuiu ao longo do ano, tendo as expectativas sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar mantido a trajectória negativa, observada desde o final de 2009. O indicador de confiança do comércio manteve também o forte

decrécimo verificado desde Julho de 2010, com um agravamento em ambos os subsectores, comércio a retalho e comércio por grosso.

A taxa de desemprego situou-se em 12,7%, e a variação homóloga mensal do índice de preços no consumidor (IPC) foi de 3,6% no conjunto do ano.

As perspectivas para 2012, a nível dos principais indicadores de conjuntura (clima económico, confiança dos consumidores, confiança do comércio) mostram o acentuar da degradação na confiança dos agentes económicos.

As previsões do Banco de Portugal para 2012, revistas sucessivamente em baixa entre os boletins de Primavera 2011 e de Inverno 2012, apontam para uma contracção de 3,1% no PIB, uma taxa de inflação de 3,2% e uma queda - quer no consumo público quer no consumo privado - de cerca de 6 pontos percentuais.

De acordo com o relatório da missão tripartida (Troika - FMI, BCE e UE), relativo à terceira visita de acompanhamento à implementação do programa de financiamento ampliado, prevê-se um decréscimo mais acentuado no PIB em 2012, para 3,25%.

Considerando ainda a manutenção do clima de desalavancagem no sistema bancário - com menor disponibilidade para a concessão de crédito a empresas e particulares - e o crescimento expectável da taxa de desemprego (adveniente da aplicação do acordo sobre as reformas no mercado de trabalho) as perspectivas de evolução do mercado nacional de EEE para 2012 são ainda mais negativas (estimativa de um decréscimo de 21%, face ao colocado em 2011), acentuando a tendência de queda verificada em 2011.

2. A Associação

A AMB3E é uma Associação de direito privado, de âmbito nacional e sem fins lucrativos, constituída no dia 27 de Abril de 2005, com sede na Quinta da Fonte, Edifício D. José – piso 0 – Rua Quinta da Quintã, nº 1 e 1A, no concelho de Oeiras, que foi constituída com o objectivo de gerir eficientemente um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (SIGREEE).

A AMB3E tem também como objectivo a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Pilhas e Acumuladores (SIGRPA).

A visão da AMB3E é a de liderar em Portugal a Gestão de REEE, ganhando o reconhecimento das instituições oficiais com que se relaciona e dos cidadãos em geral, pelo serviço prestado à comunidade.

São órgãos da Associação:

- a) A Assembleia Geral;
- b) As Assembleias de Fileiras;
- c) O Conselho de Administração;
- d) O Conselho Fiscal;
- e) A Comissão de Arbitragem.

O mandato dos membros dos órgãos sociais tem a duração de dois anos, sendo permitida a sua recondução ou reeleição por uma ou mais vezes.

2.1. Órgãos sociais

Os órgãos sociais da AMB3E à data de 31 de Dezembro de 2011 eram os seguintes:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente MIELE PORTUGUESA MÁQUINAS INDUSTRIAIS E ELECTRODOMÉSTICOS, LDA.	HANS GEORG EGENTER
Fileira 1 BSHP - ELECTRODOMÉSTICOS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.	HARALD BUSSE
Fileira 1A DAIKIN AIRCONDITIONING PORTUGAL, SA.	JORGE CARVALHO
Fileira 2 GROUPE SEB IBÉRICA, SA.	JOSÉ LUIS R. ABRANTES
Fileira 3 RICOH PORTUGAL UNIPESSOAL, LDA.	JOSÉ CASTRO OLIVEIRA
Fileira 4 SAMSUNG ELECTRÓNICA PORTUGUESA, SA.	FILIPE CARVALHEIRO
Fileira 5 OSRAM-EMPRESA DE APARELHAGEM ELÉCTRICA, LDA.	HANS BODO FISCHER
Fileira 6 ROBERT BOSCH, SA.	CLÁUDIA RIBEIRO DA SILVA
Fileira 8 SIEMENS, SA.	JOÃO SEABRA
Fileira 9 SIEMENS, SA.	ANTÓNIO DOS SANTOS MIRA
Fileira 10 WINCOR NIXDORF PORTUGAL, LDA.	NUNO INFANTE

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente CANDY HOOVER PORTUGAL, LDA.	JOAQUIM RAMOS
Secretário ANTÓNIO MEIRELES, SA	ANABELA MENDES

CONSELHO FISCAL

Presidente PHILIPS PORTUGUESA, SA.	ANTÓNIO COSTA BRÁS
Vice-Presidente LEGRAND ELÉCTRICA, SA.	GILSON LEBRE
ROC Nº. 634	PEDRO TRAVASSOS CARVALHO

3. Aderentes e Quantidades Declaradas

Todos os produtores que transferem a responsabilidade para a Am3E em matéria de gestão de REEE e /ou RPA, decorrente da colocação no mercado dos seus produtos, são considerados produtores aderentes. Estes mesmos podem aderir à AMB3E em duas categorias distintas: as empresas associadas e as empresas utentes. As primeiras beneficiam das condições de gestão de REEE e / ou RPA providenciadas pela AMB3E, decorrentes da transferência de responsabilidade para a mesma, tendo ainda presença e poder de voto em Assembleia-Geral e nas Assembleias de Fileira. As empresas que adiram como utentes, têm contrato com a AMB3E para a transferência da responsabilidade, beneficiando da gestão de REEE e / ou RPA, sem intervirem nos destinos da AMB3E enquanto Associação de produtores de EEE e / ou PA.

3.1. Produtores de EEE Aderentes

A AMB3E tem alargado a base de aderentes que lhe transferem a responsabilidade de gestão de REEE. Em 2011 o número total de aderentes da AMB3E foi de 1.110 produtores, registando um aumento de 8% em relação ao número de aderentes em 2010.

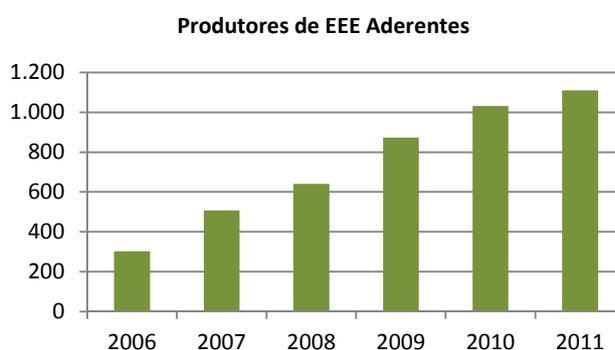


Figura 1 – Evolução do número de aderentes da AMB3E 2006 – 2011

3.2. Produtores de PA Aderentes

A AMB3E tem igualmente alargado a base de aderentes que lhe transferem a responsabilidade de gestão de RPA.

Em 2011 o número total de aderentes da AMB3E foi de 189 produtores. Na figura seguinte pode constatar-se a evolução do número de aderentes da AMB3E, referentes à gestão de RPA.

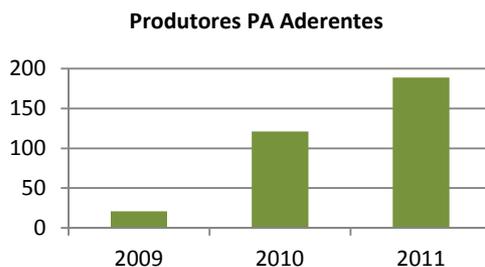


Figura 2 – Evolução do número de produtores de PA aderentes da AMB3E 2009 – 2011

3.3. Quantidades de EEE Declaradas

Os produtores aderentes da AMB3E colocaram no mercado nacional durante o ano 2011 100.986 toneladas e 26,0 milhões de unidades de equipamentos eléctricos e electrónicos. Como se observa nas duas figuras seguintes, as quantidades de EEE, em peso e em unidades, declaradas à AMB3E apresentam uma redução significativa em relação a 2010.

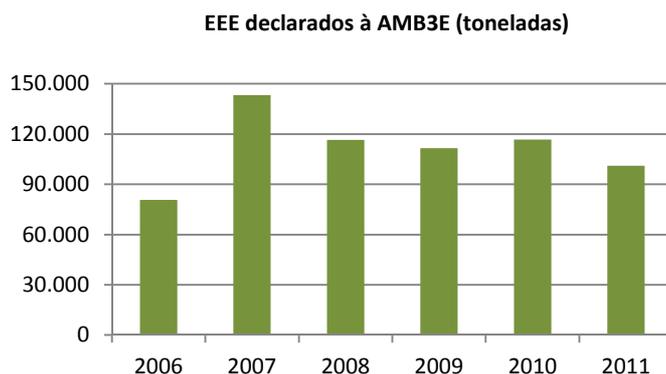


Figura 3 – EEE declarados, em toneladas, à AMB3E 2006 – 2011

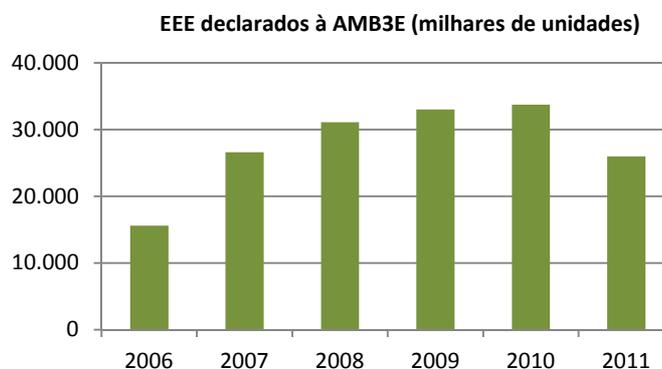


Figura 4 – EEE declarados, em milhares de unidades, à AMB3E 2006 – 2011

3.4. Quantidades de PA Declaradas

Os produtores de PA aderentes da AMB3E colocaram no mercado nacional durante o ano 2011 cerca de 211 toneladas de pilhas e acumuladores, correspondentes a 723 milhares de unidades.

Como se observa nas duas figuras seguintes, as quantidades de PA, em peso e em unidades, declaradas à AMB3E apresentam um aumento em relação a 2010, situação expectável na medida do início da actividade do sistema integrado de gestão de pilhas e acumuladores e de progressivo alargamento da cobertura do mercado de produtores.

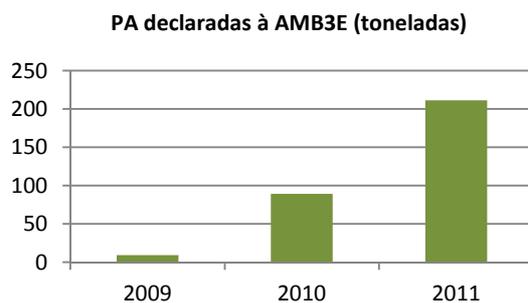


Figura 5 – PA declaradas, em peso, à AMB3E 2009 - 2011

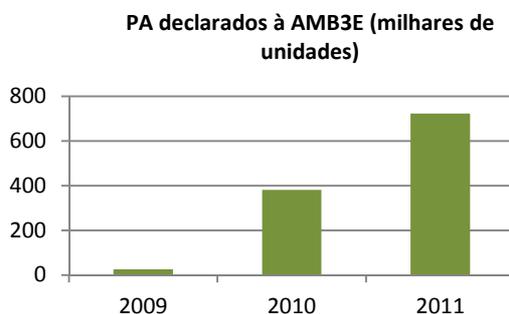


Figura 6 – PA declaradas, em unidades, à AMB3E 2009 - 2011

Página em branco.

4. Rede de Operadores

4.1. Rede de Operadores SIGREEE

A rede de operadores da AMB3E constitui o núcleo operacional do SIGREEE, realizando no terreno as operações de recolha, armazenamento, transporte, triagem, tratamento e valorização de REEE.

Através dos operadores e da actividade operacional própria, a AMB3E disponibiliza junto dos produtores e detentores de REEE um conjunto de soluções que asseguram a recolha e o encaminhamento adequado dos resíduos para tratamento e valorização.

Neste âmbito, a AMB3E dispõe de 4 tipos de locais de recepção de REEE:

- Centros de Recepção
- Pontos de Recolha
- Pontos Electrão
- Pontos de Recepção (na Distribuição)

Os resíduos recepcionados são armazenados e posteriormente transportados recorrendo a:

- Operadores Logísticos

Estes encaminham os REEE para tratamento e valorização nas:

- Unidades de Tratamento e Valorização (UTV)

A rede de operadores da AMB3E tem presença em todo o território nacional, incluindo o Continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.



4.1.1. Recepção e Transporte

A AMB3E tem desenvolvido a sua rede de recepção e transporte, para assegurar o cumprimento dos objectivos em matéria de recolha de REEE, disponibilizando aos produtores e detentores de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos locais próximos e práticos para a entrega dos REEE.

Em 31 de Dezembro de 2011 a rede da AMB3E apresentava um total de 517 locais de recepção, incluindo 98 Centros de Recepção, 218 Pontos de Recolha, 181 Pontos Electrão e 20 Pontos de Recepção (da Distribuição). Este resultado representa um aumento acima de 3% em relação ao número de locais de recepção da rede AMB3E em 2010, dado o nível de consolidação já atingido pela rede de recolha da AMB3E.

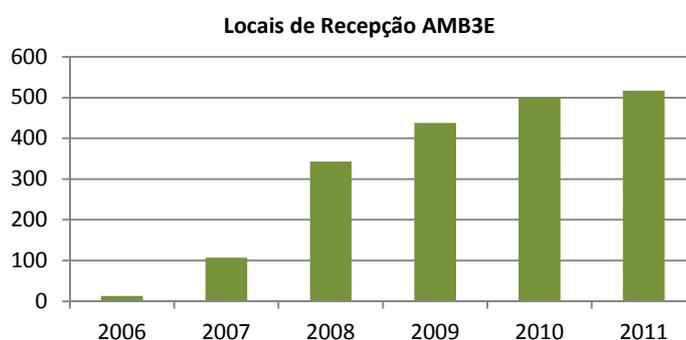


Figura 7 – Evolução da rede de locais de recepção da AMB3E 2006 - 2011

4.1.1.1. Centros de Recepção

Os Centros de Recepção representam os locais por excelência de recepção de REEE. Trata-se de locais abertos ao público, com condições de infra-estrutura e recursos humanos com capacidade para assegurar a recepção dos REEE, tratar da sua gestão operacional e da gestão administrativa do processo.

As obrigações dos centros de recepção AMB3E são as seguintes:

- Aceitar gratuitamente os REEE de proveniência particular. Para os REEE de proveniência não particular os centros de recepção deverão aceitá-los sem encargos para o utilizador desde que estes tenham sido colocados no mercado após 13 de Agosto de 2005 ou mediante instruções da AMB3E;
- Providenciar a triagem dos REEE recepcionados em 5 fluxos operacionais: grandes equipamentos, equipamentos de arrefecimento e refrigeração, equipamentos diversos, monitores e aparelhos de televisão (tubos de raios catódicos) e lâmpadas fluorescentes de descarga, de forma a efectuar um encaminhamento mais eficiente para valorização;
- Cuidar pelo adequado desempenho das operações para que estão licenciados/autorizados;

- Fornecer, em tempo real, à entidade gestora informação relativa às quantidades de REEE que entram e saem das suas instalações;
- Actuar como agentes de disseminação de informação e sensibilização, beneficiando do contacto directo que estabelecem com os utilizadores, para que estes adoptem um comportamento correcto e assim contribuam para o bom funcionamento do sistema integrado de gestão de REEE;
- Permitir a realização de auditorias e acções de verificação por parte da AMB3E ou outra entidade subcontratada para o efeito, disponibilizando a informação requerida, que apenas incidirá sobre a actividade realizada no âmbito do SIGREEE gerido pela AMB3E;
- Armazenar temporariamente os REEE respeitando as especificações técnicas definidas no Anexo III do Decreto-Lei n.º230/2004, de 10 de Dezembro (ver figura seguinte).

Em 31 de Dezembro de 2011 a rede da AMB3E apresentava um total de 98 Centros de Recepção, em todo o território nacional.

4.1.1.2. Pontos de Recolha

Os Pontos de Recolha constituem locais de recolha de REEE, capacitados para o desempenho da actividade de gestão de REEE. São constituídos essencialmente por operadores dos Sistemas Multimunicipais, Intermunicipais e Câmaras Municipais e, em alguns casos, por instalações de grandes produtores de REEE.

Em 31 de Dezembro de 2011 a rede da AMB3E apresentava um total de 218 Pontos de Recolha.

4.1.1.3. Pontos Electrão

O Ponto Electrão constitui uma das soluções mais inovadoras para recepção de REEE, em que a AMB3E foi precursora. São disponibilizados equipamentos de recepção de resíduos em locais muito próximos dos consumidores e do público em geral, nomeadamente em espaços comerciais, que permitem a entrega dos equipamentos em fim de vida.

Os Pontos Electrão oferecem condições técnicas adequadas para o armazenamento e a recolha dos REEE, e em simultâneo constituem meios privilegiados de divulgação da AMB3E junto dos consumidores. No final de 2011 a AMB3E dispunha de um total de 181 Pontos Electrão em todo o território nacional, incluindo 173 no Continente e 4 em cada uma das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

4.1.1.4. Pontos de Recepção (na Distribuição)

Atendendo às especificidades das instalações dos operadores da distribuição em território nacional, a AMB3E criou a figura dos Pontos de Recepção (na Distribuição). Estes permitem à AMB3E disponibilizar soluções técnicas, equipamentos de recepção e armazenagem de REEE, com

a volumetria e a mobilidade adaptadas às necessidades de utilização dos espaços por parte da Distribuição.

Em final de 2011 a AMB3E dispunha de um total de 20 Pontos de recepção (na Distribuição).

4.1.1.5. Operadores Logísticos

A rede de operadores logísticos tem vindo a ser continuamente desenvolvida pela AMB3E, para responder ao crescimento do número de movimentos de recolha e transporte de REEE, que decorre também do alargamento da rede de locais de recepção da AMB3E.

Em final de 2011 a rede de operadores logísticos da AMB3E era constituída por um total de 63 operadores, mais um do que no ano anterior, com actividade em todo o território nacional (56 no Continente, 2 na R.A. da Madeira e 5 na R.A. dos Açores).



Figura 8 – Evolução da rede de transporte da AMB3E 2006 - 2011

4.1.2. Tratamento e Valorização

A AMB3E possui uma extensa rede de Unidades de Tratamento e Valorização, a qual tem vindo a ser desenvolvida em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. A rede de unidades de tratamento e valorização da AMB3E registou no final de 2011 um total de 21 unidades (17 no Continente, 1 na R.A. da Madeira e 3 na R.A. dos Açores), mais uma em relação ao ano 2010.

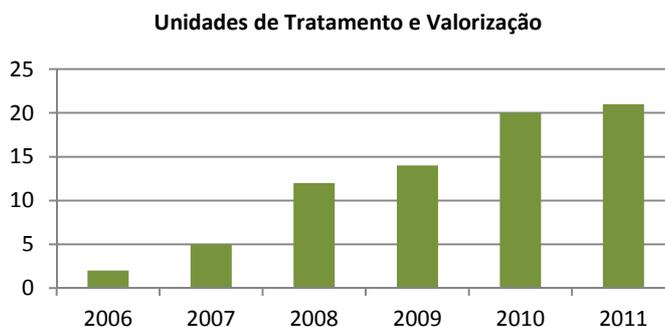


Figura 9 – Evolução da rede de tratamento e valorização da AMB3E 2006 - 2011

As 10 categorias legais de REEE definidas no Decreto-lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro, são processadas em 5 fluxos operacionais, de acordo com a prática operacional das UTV, com base nas tecnologias de processamento actualmente existentes.

A rede de tratamento e valorização da AMB3E assegura o tratamento e valorização de REEE dos cinco fluxos operacionais e das respectivas 10 categorias legais.

Tabela 1 – Correspondência entre fluxos operacionais e categorias legais

FLUXOS OPERACIONAIS (1)	CATEGORIAS LEGAIS (2)
A - Grandes equipamentos	1, 10
B - Equipamentos de arrefecimento e refrigeração	1, 8 e 10
C – Equipamentos diversos	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10
D – Lâmpadas fluorescentes e de descarga	5
E – Monitores e televisores (CRT)	3 e 4

Nota: (1) Fluxos de gestão operacional de REEE

(2) Anexo I do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro

4.2. Rede de Operadores SIGRPA

Relativamente aos resíduos de pilhas e acumuladores, a AMB3E procura desenvolver a sua rede de parceiros, para assegurar as condições operacionais de recolha, armazenagem, transporte e valorização. A rede de parceiros da AMB3E encontra-se ainda em fase de desenvolvimento, tendo sido estabelecido o modelo operacional a implementar e que envolve os seguintes tipos de operadores:

Locais de recepção de RPA

- Centros de Recepção

Recolha e transporte de RPA

- Operadores Logísticos

Armazenamento e consolidação de RPA e preparação para valorização

- Plataforma de Consolidação

Transporte consolidado de RPA

- Operadores Logísticos

Tratamento e Valorização de RPA

- Unidades de Tratamento e Valorização de RPA

Sempre que possível a AMB3E irá procurar desenvolver as sinergias entre os operadores das suas redes de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE) e de resíduos de pilhas e acumuladores (RPA), de modo a otimizar os resultados globalmente, assegurando o cumprimento dos objectivos da gestão de cada um dos fluxos específicos de resíduos.

Página em branco.

5. Recolha e Valorização

5.1. Recolha de REEE

Em 2011 a AMB3E assegurou a recolha de REEE das 10 categorias legais, perfazendo um total a nível nacional de **43.484.122 kg** de REEE, correspondentes a **4,1 kg/habitante/ano**, acima da meta legal estabelecida.

A AMB3E não distingue os REEE recolhidos em particulares e não particulares, dado que não é possível na prática efectuar a identificação da sua origem. Para todos os efeitos da gestão dos resíduos, a origem dos REEE não altera em nada as práticas ou a exigência de rigor e cumprimento dos requisitos legais por parte da AMB3E, perante os REEE que recebe na sua rede de recepção. Esta abordagem da AMB3E vem aliás ao encontro da nova directiva sobre REEE, ainda em discussão, e que vai no sentido da responsabilização dos produtores de EEE pela gestão de REEE de todas as origens.

Refira-se que apenas é possível identificar com a devida certeza, em casos muitos excepcionais, a origem de determinados REEE, nomeadamente movimentos de recepção de aparelhos médicos ou lâmpadas provenientes de iluminação pública.

Nas figuras seguintes apresentam-se os resultados da AMB3E ao nível da recolha de REEE em 2011.



Recolha Nacional AMB3E (kg)

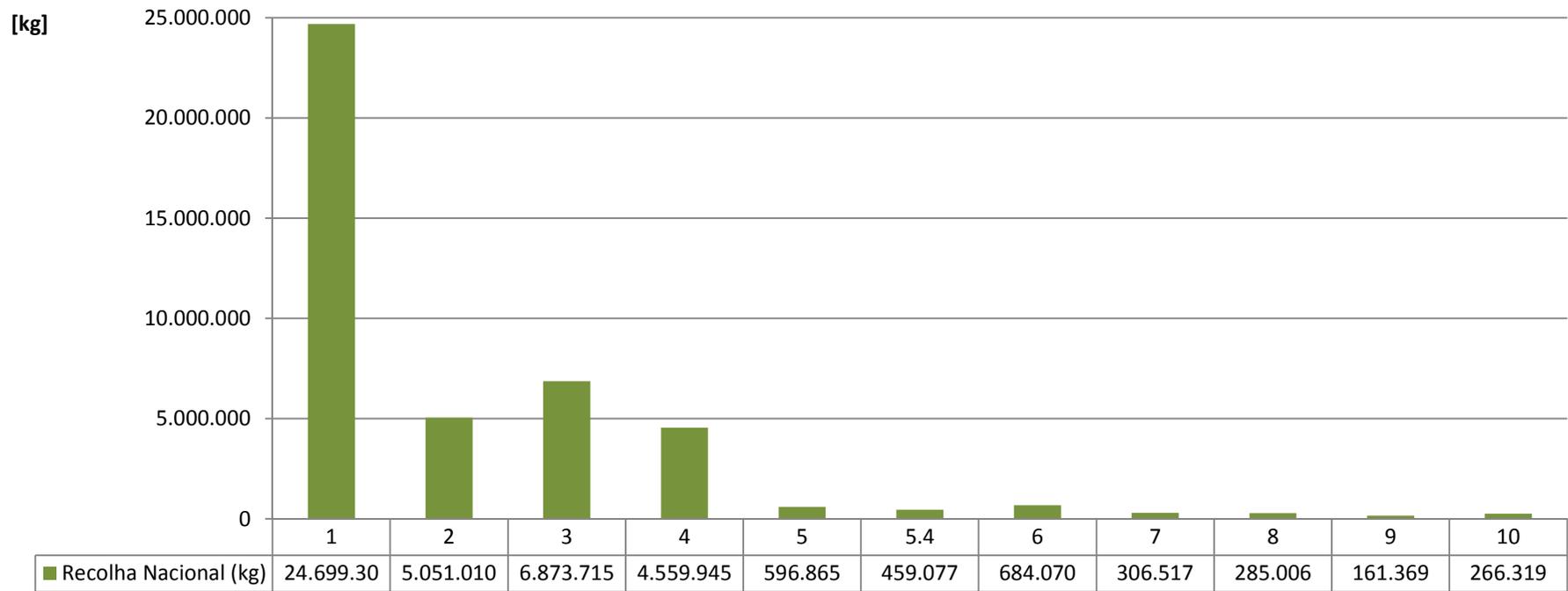


Figura 10 – REEE recolhidos em Portugal, por categoria legal

5.2. Valorização de REEE

Em 2011, o total das quantidades de REEE recolhidos foi integralmente encaminhado para tratamento em território nacional, nas unidades de tratamento e valorização da rede AMB3E.

As unidades de tratamento e valorização da rede da AMB3E procedem à separação obrigatória dos componentes listados no Anexo II do Decreto-lei n.º230/2004, assim como ao tratamento específico indicado. Em seguida apresenta-se a alista de componentes separados dos REEE pelas UTV da rede da AMB3E:

- ✓ Condensadores com PCB
- ✓ Componentes com mercúrio
- ✓ Pilhas e baterias
- ✓ Placas de circuitos impressos
- ✓ Toners/tinteiros
- ✓ Plástico com retardador de chama
- ✓ Resíduos com amianto
- ✓ Tubos raios catódicos (CRT)
- ✓ CFC/HCFC/HFC/HC
- ✓ Lâmpadas de descarga de gás
- ✓ Ecrãs cristais líquidos (LCD)
- ✓ Cabos eléctricos (exteriores)
- ✓ Componentes com fibras cerâmicas refractárias

Em 2011, os componentes separados de REEE no cumprimento dos requisitos do Anexo II do Decreto-lei n.º230/2004, corresponderam a **11,9%** da massa total dos REEE recolhidos e tratados pela AMB3E.

Componentes de remoção obrigatória

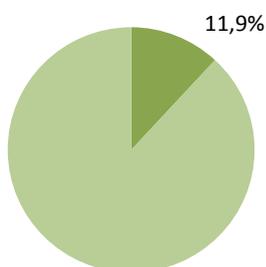


Figura 11 – Componentes de remoção obrigatória removidos de REEE

5.2.1. Reutilização e Reciclagem

Em 2011, a AMB3E assegurou o cumprimento das metas de reutilização/reciclagem de REEE em todas as 10 categorias legais, como se pode observar na figura seguinte.

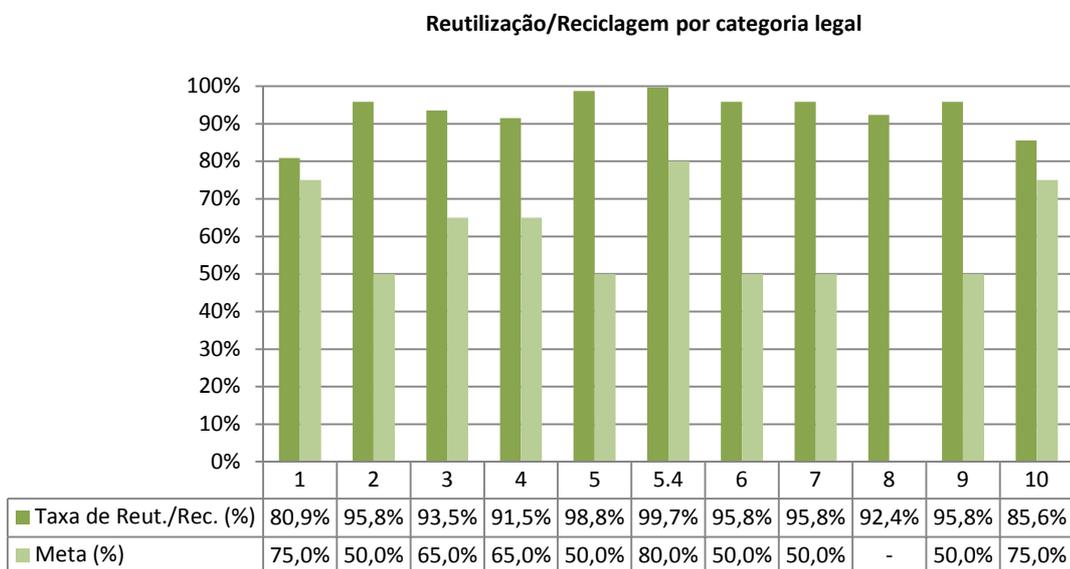


Figura 12 – Taxas de reutilização/reciclagem de REEE obtidas pela AMB3E em 2011

5.2.2. Valorização

A AMB3E assegurou igualmente o cumprimento das metas de valorização de REEE em todas as 10 categorias legais, como apresenta a figura seguinte.

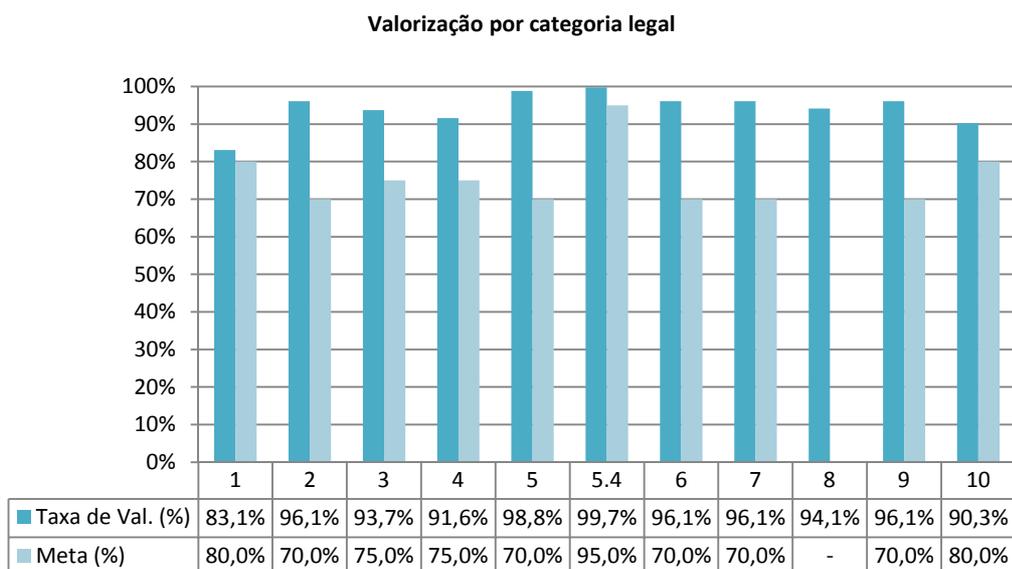


Figura 13 – Taxas de valorização de REEE obtidas pela AMB3E em 2011

5.2.3. Reutilização

Em 2011, a AMB3E promoveu a reutilização de um total de **21.786 kg** de equipamentos eléctricos e electrónicos, integralmente da Categoria 3 - Equipamentos informáticos e de telecomunicações, nomeadamente através do banco de bens doados da Entrajuda.

5.3. Recolha e Valorização de RPA

Em 2011, a AMB3E assegurou a recolha de **3.552 kg** de RPA, na sua totalidade resíduos de pilhas portáteis (RPAP).

Refira-se que em relação aos resíduos de pilhas industriais incorporáveis em equipamentos eléctricos e electrónicos (RPAI), afigurando-se a inevitabilidade de reajustar a estratégia de gestão à realidade deste sub-fluxo de resíduos, a AMB3E encontra-se em condições para assegurar a recolha de RPAI com base nas condições das modalidades complementares a implementar explanadas no memorando remetido à Agência Portuguesa do Ambiente em Maio de 2011 aguardando a aprovação do mesmo para tal efeito.

De acordo com o modelo operacional da AMB3E, a totalidade de RPA recolhidos em 2011 foi armazenada de forma consolidada, até assegurar quantidades mínimas para um eficiente encaminhamento para tratamento e valorização na unidade a contratar para o efeito pela AMB3E. Até ao final do ano 2011 a AMB3E não enviou pilhas e acumuladores para valorização por não estarem reunidas quantidades mínimas suficientes para permitir uma operação eficiente.



Página em branco.

6. Comunicação e Sensibilização

Conforme legalmente previsto, uma das incumbências da AMB3E é promover a realização de campanhas de sensibilização sobre os procedimentos a adoptar em termos de gestão dos REEE e de RPA.

Os objectivos fundamentais que norteiam a estratégia de comunicação da AMB3E são:

- Desenvolver uma comunicação dirigida, sistemática e concreta, orientada para as realizações;
- Informar e sensibilizar os utilizadores particulares e não particulares, de forma a promover a sua adesão aos programas delineados;
- Reforçar a difusão de informação junto dos agentes do sistema, em particular daqueles mais próximos do consumidor final.

Para atender aos objectivos estratégicos de comunicação e sensibilização, no decurso do ano 2011 a AMB3E prosseguiu a realização de campanhas de informação ao público e aos seus parceiros e a participação em eventos públicos de divulgação técnica e comercial.



Principais acções de informação, sensibilização e comunicação realizadas em 2011.

- Realização, entre Janeiro e Maio de 2011, de 168 palestras em escolas do 2º, 3º ciclo e secundário. Público-alvo: comunidade escolar em geral.
- Realização do Switch Off da 3ª edição da Escola Electrão, em 31 de Maio, no Centro Cultural de Belém. Público-alvo: comunidade escolar.
- Apoio institucional e participação no painel de oradores no 5º Fórum Nacional de Resíduos, que decorreu em 12 e 13 de Abril. Público-alvo: técnicos do sector do ambiente.
- Divulgação, nos principais canais televisivos, de anúncio alusivo ao Ponto Electrão das lâmpadas, no âmbito de uma parceria com a Multi Mall Management, de 24 de Maio a 20 de Julho (1ª vaga televisiva). Público-alvo: população em geral.
- Apresentação oficial do projecto Quartel Electrão, no Tagus Park em 26 de Julho. Público-alvo: Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.
- Divulgação, de 27 de Junho a 31 de Julho, nos canais RTP1, SIC, TVI, RTP Madeira e RTP Açores, de campanha institucional alusiva ao Ponto Electrão, com os spots “Varinha Mágica” e “Rádio” (2ª vaga televisiva). Público-alvo: população em geral.
- Lançamento do passatempo “Tens para a troca?”, 40 dias, 40 prémios, em 15 de Setembro, desenvolvido na página do facebook do electrão e divulgado através de patrocínio do programa da rádio comercial “Caderneta de Cromos”, protagonizado pelo Nuno Markl. Público-alvo: utilizadores de facebook e ouvintes da Rádio Comercial.
- Divulgação de spots televisivos da campanha “Faça a sua parte”, de 6 de Outubro a 16 de Novembro e spots de rádio (M80) (3ª vaga televisiva). Público-alvo: população portuguesa.
- Participação no lançamento oficial da Gincana “Rock In Rio”, dia 18 de Outubro, que conta com uma tarefa em parceria com a AMB3E, no âmbito da Escola Electrão. Público-alvo: comunidade escolar e população em geral.
- Arranque oficial do Festival Electrão em Viseu, dia 21 de Outubro, com apresentação da banda “Ala dos Reciclados” e 12 eventos realizados em capitais de Distrito. Divulgação no site festival electrão.pt, imprensa regional e criação de página no Facebook. Público-alvo: comunidades das localidades.
- Arranque oficial da 4ª edição da Escola Electrão, no dia 15 de Novembro, na Escola Secundária de Serpa, vencedora da 3ª edição. Público-alvo: comunidade escolar e população em geral.
- Divulgação de spot televisivo da campanha “Faça a sua parte”, com alusão ao Festival Electrão (4ª vaga televisiva), de 20 de Outubro a 16 de Novembro. Público-alvo: população em geral;
- Presença na televisão, no âmbito do Festival Electrão em vários programas.

7. Investigação e Desenvolvimento

A AMB3E tem obrigações, decorrentes da sua Licença REEE, de promoção de projectos de investigação e desenvolvimento (I&D) em geral, e mais concretamente, de projectos que tenham como objectivo a melhoria do desempenho e da sustentabilidade ambiental e económica do sistema de gestão e dos processos de valorização e reciclagem de REEE.

Em 2011, a AMB3E prosseguiu o apoio e acompanhamento dos projectos em curso, iniciados anteriormente, com a monitorização do decurso dos trabalhos e a aferição dos resultados intermédios, e também dos resultados finais, no caso dos projectos concluídos durante o ano.

Paralelamente, a AMB3E tem obrigações, decorrentes da sua Licença RPA, de promoção da investigação e do desenvolvimento de novos métodos e ferramentas de tratamento, de separação dos materiais resultantes e de soluções de reciclagem dos componentes e materiais constituintes das pilhas e acumuladores.

Em 2011, a AMB3E desenvolveu actividades de pesquisa conjuntamente com um parceiro que abordam de forma contínua a caracterização da gestão de RPA a nível internacional, assim como a identificação dos principais temas de pesquisa científica sobre gestão de RPA, ou ainda o comportamento do mercado internacional no que diz respeito ao tratamento e valorização de fracções obtidas de RPA.



Página em branco.

8. Actividade de 2011 e Objectivos para 2012

8.1. Actividade Realizada em 2011

A AMB3E desenvolveu em 2011 actividades em diversas áreas, em Portugal e no estrangeiro, na prossecução de objectivos definidos que globalmente visam a melhoria do SIGREEE e também do SIGRPA.

No âmbito da gestão de REEE e RPA destacam-se as principais actividades desenvolvidas pela AMB3E:

- Aumento do número de produtores aderentes à AMB3E e alargamento da base de representatividade da Associação;
- Alargamento da rede de recepção de REEE, através do aumento do número de locais de recepção, abrangendo os diversos tipos de produtores de REEE;
- Alargamento da rede de transporte de REEE, com o aumento do número de operadores logísticos, para fazer face ao crescente número de movimentos de REEE no âmbito do SIGREEE;
- Aumento da capacidade de tratamento e valorização de REEE, através do aumento do número de unidades de tratamento e valorização, a que se juntou o alargamento da capacidade de tratamento a novos fluxos operacionais em unidades já integradas na rede da AMB3E;
- Aumento da quantidade de REEE recolhidos, que permitiram assegurar o cumprimento da meta de recolha da AMB3E para o horizonte da primeira licença (2006 / 2011);
- Cumprimento de taxas de reutilização/reciclagem e taxas de valorização de REEE acima das metas legais;
- Desenvolvimento de iniciativas de comunicação e sensibilização, articulando as vertentes de gestão de RPA e de gestão de REEE, dirigidas a diversos públicos-alvo, no cumprimento dos requisitos das licenças RPA da AMB3E, destacando-se os projectos Escola Electrão e Quartel Electrão, este último inclusivamente abrangendo também a recolha de RPA;
- Apoio a projectos de investigação e desenvolvimento, para aumento da eficácia e da eficiência do SIGREEE, de acordo com os objectivos definidos na Licença da AMB3E;
- Destaque ainda para uma actividade fundamental para o desenvolvimento futuro do SIGREEE, que residiu na preparação da estratégia da AMB3E e na elaboração do Caderno de Encargos entregue à Agência Portuguesa do Ambiente suportando o pedido de renovação da licença enquanto entidade gestora para o período 2012 a 2016;
- Implementação do modelo operacional de gestão de RPA, incluindo a contratualização com locais de recepção, plataforma de consolidação e operadores logísticos e desenvolvimento do processo para a contratação de uma unidade de tratamento e valorização;

- Desenvolvimento e distribuição dos equipamentos de recepção e contentorização de RPA a colocar nos locais de recepção;

Nota também para as actividades desenvolvidas no estrangeiro, que permitem enquadrar o esforço de gestão em território nacional numa lógica global da gestão destes resíduos:

- No âmbito da sua actividade, a AMB3E prosseguiu o desenvolvimento de projectos internacionais em curso no WEEE Forum, uma plataforma da qual a AMB3E faz parte e que conta actualmente com 37 entidades gestoras de REEE de 22 países Europeus, que tem como objectivo promover o desempenho de excelência na recolha e tratamento de REEE;
- Refira-se ainda a participação da AMB3E nas reuniões de trabalho da European Lamp Companies Federation (ELC), organização que reúne os mais importantes fabricantes mundiais de lâmpadas, que visaram os assuntos que mais afectam o sector, com destaque para a gestão das lâmpadas em fim de vida.

8.2. Objectivos e Actividades para 2012

O ano de 2012 constitui o primeiro ano de um período de 5 anos para o qual a AMB3E se propôs junto da Agência Portuguesa do Ambiente obter a renovação do licenciamento para a gestão do sistema integrado de gestão de REEE. Neste âmbito, a AMB3E estabeleceu um conjunto de objectivos ambiciosos, que visam o aumento do desempenho do SIGREEE assegurando a sustentabilidade financeira do sistema no período em causa. Os objectivos configuram-se ainda mais ambiciosos na presente situação económica do país, que permite prever um ano de 2012 com uma contracção no mercado e com as implicações daí decorrentes para a actividade desenvolvida pela AMB3E.

Em seguida apresentam-se os objectivos estratégicos da AMB3E para 2012:

- Monitorização da evolução do pedido de licenciamento para novo período de actividade (gestão do SIGREEE);
- Acompanhamento das etapas previstas no *recast* da Directiva referente a WEEE;
- Desenvolvimento do SIGRPA e alargamento da correspondente rede de tratamento;
- Renegociação dos principais contractos atinentes à gestão de resíduos, com vista à redução dos gastos operacionais;
- Consolidação da rede de parceiros operacionais, com aumento da qualidade do serviço prestado;
- Potencial reposicionamento físico de parte da rede de Pontos Electrão, em função de uma análise de custo-benefício;
- Desenvolvimento e implementação de mecanismos de controlo da actividade dos operadores e das formas da sua remuneração;
- Optimização das sinergias de gestão de RPA e de gestão de REEE;
- Estabelecimento de ferramenta de controlo orçamental periódico por fileira;
- Estudo prévio dos projectos de I&D a apoiar, no âmbito do SIGREEE, para que o arranque dos mesmos ocorra em 2013;
- Concentração do esforço de comunicação junto da comunidade escolar – campanha Escola Electrão;
- Revisão de valores de prestação de serviços dos operadores de recepção para assegurar cumprimento de objectivos de recolha e triagem.

8.3. Análise dos Principais Agregados do Balanço

À data de encerramento dos exercícios de 2011 e 2010, a posição financeira da AMB3E apresentava-se da seguinte forma:

Balanço				
Activo	Valor líquido 11	Valor líquido 10	Var.absoluta	Var.%
Activos Fixos	684.659,30	927.919,70	(243.260,40)	-26,2%
Dívidas de terceiros	1.147.758,40	1.058.474,66	89.283,74	8,4%
Depósitos bancários e caixa	21.855.622,68	24.498.214,74	(2.642.592,06)	-10,8%
Acréscimos e diferimentos activos	3.414.068,56	4.761.573,95	(1.347.505,39)	-28,3%
	<u>27.102.108,94</u>	<u>31.246.183,05</u>	<u>(4.144.074,11)</u>	<u>-13,3%</u>
Património e Passivo				
Património associativo	620.000,00	620.000,00	0,00	0,0%
Resultados transitados	4.876.564,96	1.264.158,98	3.612.405,98	285,8%
Resultado líquido do período	(3.325.092,91)	3.612.405,98	(6.937.498,89)	-192,0%
Provisões	20.429.766,28	16.985.155,28	3.444.611,00	20,3%
Dívidas a terceiros	3.723.491,02	4.486.419,00	(762.927,98)	-17,0%
Acréscimos e diferimentos passivos	777.379,59	4.278.043,81	(3.500.664,22)	-81,8%
	<u>27.102.108,94</u>	<u>31.246.183,05</u>	<u>(4.144.074,11)</u>	<u>-13,3%</u>

(valores em Euros)

A evolução do activo total da Associação (de EUR 31.246.183,05 em 31 de Dezembro de 2010 para EUR 27.102.108,94 em 31 de Dezembro de 2011) assentou na conjugação de uma série de factores, dos quais entendemos dever salientar os seguintes:

- A nível dos activos fixos, o decréscimo de 26,2% encontra justificação no ritmo corrente das depreciações/amortizações do período e no montante de activos fixos intangíveis abatidos, conforme melhor explicitado na nota 4. das notas anexas às demonstrações financeiras;
- Em sede de dívidas de terceiros, verificou-se um acréscimo face a 2010 (8,4%) em função do diferimento na liquidação, por parte de aderentes com algum significado, que entretanto já regularizaram a sua posição;
- O decréscimo da rubrica “caixa e depósitos bancários”, cifrado em 10,8%, surge como reflexo da clara aposta, levada a cabo pela AMB3E, em matéria de comunicação e sensibilização, no último ano de vigência da primeira licença para gestão do SIGREEE;
- A variação verificada em sede de acréscimos e diferimentos activos (decrécimo de 28,3%) está essencialmente associada à redução do acréscimo efectuado em 2011, face a 2010, referente a Ecovalores pendentes de facturação do quarto trimestre (a emitir no primeiro trimestre do ano subsequente);

- A evolução registada na rubrica de provisões, conforme melhor detalhado na nota 12. das notas anexas às demonstrações financeiras, teve como base a assunção da obrigação presente da Associação, decorrente de acontecimentos passados, no que à recolha de REEE e RPA concerne, assegurando desta forma a adequada capacidade para suportar a estimativa de exfluxos de recursos financeiros futuramente necessários ao cumprimento da acima referida obrigação, liquida da imputação, ao exercício de 2011, dos montantes apurados em sede de reversão da acima referida provisão;
- O decréscimo verificado em dívidas a terceiros (17% face ao valor final de 2010) assenta fundamentalmente na forte aceleração da actividade operacional verificada nos quatro trimestres correspondentes ao período de Outubro de 2010 a Setembro de 2011, voltando o quatro trimestre de 2011 a apresentar volumes de actividade em linha com os registos históricos do SIGREEE da AMB3E;
- Por fim, a redução de cerca de 81,8% verificada na rubrica de acréscimos e diferimentos passivos resulta essencialmente da anulação integral dos montantes inscritos na sub-rubrica “*Custos SIGREEE*”, em função da absorção do diferencial entre os quantitativos previstos e os efectivamente geridos nos anos de 2006 e 2007, proporcionada pela superação das quantidades tratadas vs. quantidades previstas, a nível de meta estabelecida para o horizonte da primeira licença de gestão do SIGREEE, conforme explicado em melhor detalhe na nota 15. das notas anexas às demonstrações financeiras.

8.4. Análise dos Principais Agregados da Demonstração de Resultados

No tocante ao resultado das operações da AMB3E nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, respectivamente, o mesmo é sintetizado conforme segue:

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Rendimentos	2011	2010	Var.absoluta	Var.%
Prestações de serviços	13.827.446,02	18.184.508,22	(4.357.062,20)	-24,0%
Outros rendimentos e ganhos	4.028.634,36	8.654.629,54	(4.625.995,18)	-53,5%
Proveitos financeiros	702.920,02	609.001,09	93.918,93	15,4%
	<u>18.559.000,40</u>	<u>27.448.138,85</u>	<u>(8.889.138,45)</u>	<u>-32,4%</u>
Gastos				
FSE - Custos operacionais	12.334.507,37	10.376.717,06	1.957.790,31	18,9%
FSE - Custos não operacionais	3.972.316,07	2.229.804,54	1.742.511,53	78,1%
Custos com o pessoal	1.352.803,72	873.055,35	479.748,37	55,0%
Amortizações e ajustamentos	396.437,30	509.189,61	(112.752,31)	-22,1%
Provisões	3.444.611,00	9.411.492,60	(5.966.881,60)	-63,4%
Outros custos operacionais	373.132,34	311.409,90	61.722,44	19,8%
Custos financeiros	10.285,51	10.926,84	(641,33)	-5,9%
Imposto sobre o rendimento	-	113.136,97	(113.136,97)	-100,0%
Resultado líquido do período	<u>(3.325.092,91)</u>	<u>3.612.405,98</u>	<u>(6.937.498,89)</u>	<u>-192,0%</u>
	<u>18.559.000,40</u>	<u>27.448.138,85</u>	<u>(8.889.138,45)</u>	<u>-32,4%</u>

(valores em Euros)

A evolução dos rendimentos totais, de EUR 27.448.138,85 no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 para EUR 18.559.000,40 no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 encontra suporte nos seguintes principais factores:

- Decréscimo de aproximadamente 24% em prestações de serviços, reflectindo: (i) a variação dos quantitativos de EEE e PA declarados como colocados no mercado pelos produtores aderentes à AMB3E (de 120.528 toneladas em 2010 para 100.986 toneladas em 2011); (ii) a actualização de Ecovalores ocorrida com efeitos a Junho de 2011 e (iii) a estimativa de facturação referente ao quarto trimestre de 2011, apurada por recurso aos valores históricos de facturação trimestral registados no âmbito da actividade da Associação;
- O montante inscrito em sede da rubrica “*Outros rendimentos e ganhos*” é suportado pelo reconhecimento do proveito atinente à liquidação definitiva das responsabilidades acumuladas pela Associação face aos dois primeiros anos de vigência da sua licença (2006 e 2007), por via do desempenho operacional registado em 2011, conforme acima

mencionado (comentário à redução da rubrica de acréscimos e diferimentos passivos) e melhor detalhado na nota 15. das notas anexas às demonstrações financeiras;

- Relativamente aos proveitos financeiros, estes apresentam um significativo acréscimo (15,4%), como resultado da evolução verificada na taxa média de rendibilidade das aplicações efectuadas no exercício de 2011 (4,09% vs. 2,55% em 2010).

Para a variação verificada nos gastos totais (de EUR 23.835.732,87 no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 para EUR 21.884.093,31 para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011) concorreram os seguintes principais factores:

- Acréscimo de cerca de 19% em sede de fornecimentos e serviços externos / operacionais, reflectindo um maior volume de produção total (43.484 toneladas geridas em 2011 vs 35.663 toneladas em 2010 - 21,9%) mediado por um custo operacional por tonelada mais baixo (EUR 283,66 em 2011 vs. EUR 295,89 em 2010);
- Acréscimo significativo (cerca de 78%) em fornecimentos e serviços externos / não operacionais, suportado essencialmente pela evolução dos gastos atinentes a comunicação e sensibilização (investimento adicional de cerca de EUR 2.000.000 face a 2010); maior detalhe relativo à evolução verificada nesta rubrica poderá ser analisado na nota 16. das notas anexas às demonstrações financeiras;
- Acréscimo de 55% na rubrica “Custos com o pessoal”, reflexo de: (i) comportamento verificado na sub-rubrica “Remunerações do Pessoal”, resultante do reforço do efectivo laboral da AMB3E, verificado em 2010, cuja expressão total do correspondente gasto ao longo de um período completo ocorreu apenas em 2011; (ii) indemnização relativa ao acordo de rescisão celebrado com o anterior Director-Geral da Associação;
- A nível de provisões do exercício, o montante inscrito na demonstração de resultados (EUR 3.444.611, representando um decréscimo de cerca de 63% face ao valor reconhecido em 2010) reflecte a posição da Associação, de assumpção - liquida da imputação ao presente exercício dos montantes apurados em sede de reversão - da sua obrigação presente, decorrente de acontecimentos passados, no que à recolha de REEE e RPA concerne, assegurando desta forma a adequada capacidade para suportar a estimativa de exfluxos de recursos financeiros futuramente necessários ao cumprimento da acima referida obrigação; para maior grau de detalhe acerca desta matéria, vide comentário inscrito na nota 12. das notas anexas às demonstrações financeiras.

Página em branco.

9. Proposta de Aplicação de Resultados

A Administração propõe que os resultados negativos apurados no exercício de 2011, no montante de EUR 3.325.092,91 (três milhões trezentos e vinte e cinco mil e noventa e dois euros e noventa e um cêntimos) sejam integralmente transferidos para resultados transitados.

Paços de Arcos, 12 de Março de 2012

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente MÍELE PORTUGUESA MÁQUINAS INDUSTRIAIS E ELECTRODOMÉSTICOS, LDA.	HANS GEORG EGENTER
Fileira 1 BSHP - ELECTRODOMÉSTICOS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.	HARALD BUSSE
Fileira 1A DAIKIN AIRCONDITIONING PORTUGAL, SA.	JORGE CARVALHO
Fileira 2 GRUPE SEB IBÉRICA, SA.	JOSÉ LUIS R. ABRANTES
Fileira 3 RICOH PORTUGAL UNIPESSOAL, LDA.	JOSÉ CASTRO OLIVEIRA
Fileira 4 SAMSUNG ELECTRÓNICA PORTUGUESA, SA.	FILIPE CARVALHEIRO
Fileira 5 OSRAM-EMPRESA DE APARELHAGEM ELÉCTRICA, LDA.	HANS BODO FISCHER
Fileira 6 ROBERT BOSCH, SA.	CLÁUDIA RIBEIRO DA SILVA
Fileira 8 SIEMENS, SA.	JOÃO SEABRA
Fileira 9 SIEMENS, SA.	ANTÓNIO DOS SANTOS MIRA
Fileira 10 WINCOR NIXDORF PORTUGAL, LDA.	NUNO INFANTE

Página em branco.

10. Demonstrações Financeiras

10.1. Balanço

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

montantes expressos em Euros

Rúbricas	NOTAS	DATAS	
		2011	2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3	672.038,39	717.867,96
Activos intangíveis	4	7.620,91	205.051,74
Outros activos financeiros	5	5.000,00	5.000,00
		684.659,30	927.919,70
Activo corrente			
Clientes	6	939.117,66	809.033,42
Estado e outros entes públicos	7	208.640,74	249.441,24
Outras contas a receber	8	3.361.922,43	4.714.210,60
Diferimentos	9	52.146,13	47.363,35
Caixa e depósitos bancários	10	21.855.622,68	24.498.214,74
		26.417.449,64	30.318.263,35
Total do Activo		27.102.108,94	31.246.183,05
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Património associativo	11	620.000,00	620.000,00
Resultados transitados		4.876.564,96	1.264.158,98
Resultado líquido do período		(3.325.092,91)	3.612.405,98
Total do fundo de Capital		2.171.472,05	5.496.564,96
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	12	20.429.766,28	16.985.155,28
Outras contas a pagar	3	59.267,72	411.576,34
		20.489.034,00	17.396.731,62
Passivo corrente			
Fornecedores	13	1.645.537,66	3.874.974,88
Estado e outros entes públicos	7	32.859,56	170.632,77
Financiamentos obtidos	14	1.796.022,59	
Outras contas a pagar	3,15	967.183,08	4.307.278,82
		4.441.602,89	8.352.886,47
Total do Passivo		24.930.636,89	25.749.618,09
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		27.102.108,94	31.246.183,05

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

10.2. Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

montantes expressos em Euros

Rendimentos e Gastos	NOTAS	PERÍODOS	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados		13.827.446,02	18.184.508,22
Fornecimentos e serviços externos	16	(16.306.823,44)	(12.606.521,60)
Gastos com o pessoal	17	(1.352.803,72)	(873.055,35)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6	(44.293,74)	122.488,39
Provisões (aumentos/reduções)	12	(3.444.611,00)	(9.411.492,60)
Outros rendimentos e ganhos	18	4.072.928,10	8.532.141,15
Outros gastos e perdas	19	(373.132,34)	(311.409,90)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(3.621.290,12)	3.636.658,31
Gastos/reversões de depreciações e de amortizações	3,4	(396.437,30)	(509.189,61)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(4.017.727,42)	3.127.468,70
Juros e rendimentos similares obtidos	20	702.920,02	609.001,09
Juros e rendimentos similares suportados	20	(10.285,51)	(10.926,84)
Resultado antes de impostos		(3.325.092,91)	3.725.542,95
Imposto sobre o rendimento do período	7	-	(113.136,97)
Resultado líquido do período		(3.325.092,91)	3.612.405,98

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

10.3. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS				Total dos Fundos Patrimoniais
		Património associativo	Resultados transitados	Resultado líquido do período	
Posição no início do período 2010		620.000,00	1.014.437,72		1.634.437,72
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais			249.721,26		249.721,26
			249.721,26		249.721,26
Resultado líquido do período				3.612.405,98	3.612.405,98
Resultado integral				3.612.405,98	3.612.405,98
Posição no fim do período 2010		620.000,00	1.264.158,98	3.612.405,98	5.496.564,96

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS				Total dos Fundos Patrimoniais
		Património associativo	Resultados transitados	Resultado líquido do período	
Posição no início do período 2011		620.000,00	1.264.158,98		1.884.158,98
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais			3.612.405,98		
			3.612.405,98		3.612.405,98
Resultado líquido do período				(3.325.092,91)	
Resultado integral				(3.325.092,91)	(3.325.092,91)
Posição no fim do período 2011		620.000,00	4.876.564,96	(3.325.092,91)	2.171.472,05

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

10.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

montantes expressos em Euros

	Períodos	
	2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de Clientes	18.517.514,46	22.482.487,62
Pagamentos a Fornecedores	(20.039.130,79)	(14.646.098,24)
Pagamentos ao Pessoal	(713.088,40)	(488.823,98)
Caixa gerada pelas operações	(2.234.704,73)	7.347.565,40
Pagamento/ Recebimento do imposto sobre o rendimento	(246.933,70)	0,00
Outros Recebimentos/ Pagamentos	(2.111.443,78)	(2.939.157,76)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(4.593.082,21)	4.408.407,64
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos Fixos Tangíveis	(153.599,10)	0,00
Activos Fixos Intangíveis	(8.090,33)	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos Fixos Tangíveis		9.079,86
Juros e proveitos similares	635.449,58	509.060,86
Dividendos		0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	473.760,15	518.140,72
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de		
Financiamentos Obtidos	1.796.022,59	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos Obtidos	(316.841,08)	(323.140,49)
Juros e gastos similares	(2.451,51)	(5.711,17)
Fluxos de actividades de financiamento (3)	1.476.730,00	(328.851,66)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(2.642.592,06)	4.597.696,70
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	24.498.214,74	19.900.518,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período.	21.855.622,68	24.498.214,74

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

10.5. Notas Anexas às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da Entidade

A AMB3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos, doravante abreviadamente designada por Associação ou AMB3E, é uma associação sem fins lucrativos, constituída no dia 27 de Abril de 2005, por produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos. Surgiu para dar resposta às obrigações impostas pelo Decreto-Lei 230/2004 de 10 de Dezembro, que transpôs para a ordem jurídica nacional a Directiva nº2002/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003 e a Directiva nº 2002/96/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003, alterada pela Directiva nº 2003/108/CE, do Parlamento do Europeu e do Conselho, de 8 de Dezembro, que consagraram o princípio da responsabilidade do produtor no financiamento e gestão dos resíduos dos seus próprios produtos colocados no mercado.

Nesta conformidade, a Associação encontra-se licenciada através, respectivamente, do despacho conjunto nº 354/2006, de 27 de Abril, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação e do Despacho nº1262/2010, de 12 de Janeiro, do Secretário de Estado do Ambiente, para a organização e gestão de um sistema integrado de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (SIGREEE) e de um sistema de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores portáteis e de resíduos de pilhas e acumuladores industriais incorporáveis em equipamentos eléctricos e electrónicos (SGRPA).

À data de encerramento do exercício de 2011, a Associação estava sediada na:

Avenida do Forte, nº3

Edifício Parque Suécia V – Piso 1

2794-038 Carnaxide

2. Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos documentos disponíveis na Associação, de acordo com as regras e disposições constantes no regime da normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), tendo por base o princípio da continuidade, atento o processo de renovação da licença para a gestão do SIGREEE, para um novo período de cinco anos (2012-2016).

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

2.1 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se escriturados pelo método do custo. As amortizações são calculadas a partir do ano de entrada em funcionamento ou início da utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Equipamento básico – 6 anos

Equipamento de transporte – 4 anos

Equipamento administrativo – 3 a 10 anos

2.2 Activos fixos intangíveis

Nesta rubrica a Associação tem registado os custos capitalizáveis atinentes a programas de computador, depreciados pelo método das quotas constantes, por duodécimos, pelo período de três anos.

2.3 Locação

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contractos de locação, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no activo fixo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros, incluídos no valor das rendas, e a amortização do activo, são segregados entre o custo financeiro e a amortização de capital. O activo é depreciado pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com a correspondente vida útil esperada.

2.4 Investimentos financeiros

Encontra-se registada ao valor de aquisição a contribuição para o património associativo da ANREEE – Associação Nacional para o Registo de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos.

2.5 Perdas por imparidade de dívidas a receber

Da análise, levada a cabo pela Associação, à perspectiva de realização das dívidas a receber, resultou o reconhecimento da imparidade dos valores em dívida há mais de 360 dias a 31 de Dezembro de 2011; desses, foram expurgados os atinentes a planos de pagamento aprovados e em pleno cumprimento das correspondentes condições.

2.6 Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

2.7 Constituição do património associativo e outros ganhos operacionais

O património inicial da Associação é constituído pela contribuição efectuada pelos seus sessenta e dois associados fundadores, por uma entrega cujo valor individual ascendeu a EUR 10.000,00.

Já no que diz respeito a outros ganhos operacionais, mais especificamente às jóias de adesão, estas são obtidas com a entrada de novos associados e são registadas na rubrica de rendimentos suplementares. Acresce que este rendimento varia consoante o volume de negócios de EEE ou PA de cada aderente.

2.8 Especialização de exercícios

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de devedores e credores por acréscimos e diferimentos.

2.9 Impostos

A partir do exercício de 2009, e de acordo com o art.º 53 do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) a AMB3E passou a ser isenta de IRC, com excepção dos rendimentos de capitais (tal como são definidos para efeitos de IRS) a uma taxa liberatória de 21,5%, uma vez que a Associação não pratica qualquer actividade comercial, industrial ou agrícola. Saliente-se que a Associação não é sujeita a derrama pelo mesmo motivo.

2.10 Provisões

É política da Associação reconhecer provisões quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra um exfluxo de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

2.11 Réditos

O rédito proveniente das prestações de serviços é registado no momento em que os aderentes da Associação reportam os mapas de quantidades colocadas no mercado de um determinado trimestre, altura em que a Associação está em condições de mensurar o rédito de forma fiável.

3. Activos Fixos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, o movimento ocorrido nas rubricas de activos fixos tangíveis foi o seguinte:

	Equipamento				Total
	Básico	Transporte	Administrativo	Em curso	
ACTIVO BRUTO					
Saldo Inicial	1.032.027,73	114.496,96	234.693,41	-	1.381.218,10
Aquisições	118.900,00	58.468,57	6.960,85	6.025,00	190.354,42
Alienações, Abates e Regularizações	-	(40.798,18)	(62.706,32)	-	(103.504,50)
Saldo Final	1.150.927,73	132.167,35	178.947,94	6.025,00	1.468.068,02
DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS					
Saldo Inicial	(401.337,31)	(94.536,85)	(167.475,98)	-	(663.350,14)
Depreciações do Exercício	(184.726,28)	(29.504,43)	(21.412,01)	-	(235.642,72)
Alienações, Abates e Regularizações	(26,46)	40.798,15	62.191,54	-	102.963,23
Saldo Final	(586.090,05)	(83.243,13)	(126.696,45)	-	(796.029,63)
ACTIVO LÍQUIDO	564.837,68	48.924,22	52.251,49	6.025,00	672.038,39

O equipamento básico é constituído maioritariamente por bens adquiridos em regime de locação financeira, sendo que a totalidade desses mesmos equipamentos (contentores) se encontram implantados em propriedade alheia, ao abrigo de diversos protocolos celebrados entre a Associação e os seus parceiros, no âmbito da actividade para a qual a mesma se encontra licenciada.

O detalhe dos bens em regime de locação financeira em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 era o seguinte:

Rubrica / bem	2011			2010
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Equipamento básico				
contentor TL 1,794 m3 - 150 unidades	60.585,13	48.732,16	11.852,97	19.116,31
contentor TL 0,450 m3 - 136 unidades	40.594,87	33.402,40	7.192,47	13.960,98
ponto elctrão - 515 unidades	863.200,00	454.893,34	408.306,66	567.510,04
Sub-total - equipamento básico	<u>964.380,00</u>	<u>537.027,90</u>	<u>427.352,10</u>	<u>600.587,33</u>
Equipamento de transporte				
viatura matrícula 56-FD-88	44.901,91	36.335,87	8.566,04	17.843,30
viatura matrícula 01-FO-82	44.273,61	35.827,51	8.446,10	17.593,54
viatura matrícula 27-LH-21	30.637,53	7.021,08	23.616,45	-
viatura matrícula 78-LS-42	27.831,04	4.058,67	23.772,37	-
Sub-total - equipamento de transporte	<u>147.644,09</u>	<u>83.243,13</u>	<u>64.400,96</u>	<u>35.436,84</u>
Equipamento administrativo				
central telefónica IP + telefones IP	17.740,59	9.609,51	8.131,08	9.905,14
Sub-total equipamento administrativo	<u>17.740,59</u>	<u>9.609,51</u>	<u>8.131,08</u>	<u>9.905,14</u>
Total de bens em locação financeira	<u>1.129.764,68</u>	<u>629.880,54</u>	<u>499.884,14</u>	<u>645.929,31</u>

Os contratos de locação financeira mencionados representavam, a 31 de Dezembro de 2011, uma responsabilidade total de EUR 249.071,21 apresentados no balanço como passivo corrente (EUR 189.803,49) e passivo não corrente (EUR 59.267,72) em função da data dos seus termos.

4. Activos Intangíveis

A totalidade do saldo que compõe esta rubrica refere-se a programas de computador, sendo que a mesma apresentou, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, o seguinte movimento:

	<u>Programas de computador</u>	<u>Total</u>
ACTIVO BRUTO		
Saldo Inicial	1.060.713,49	1.060.713,49
Aquisições	552,50	552,50
Alienações, Abates e Regularizações	(975.309,92)	(975.309,92)
Saldo Final	<u>85.956,07</u>	<u>85.956,07</u>
DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS		
Saldo Inicial	(855.661,75)	(855.661,75)
Depreciações do Exercício	(160.794,58)	(160.794,58)
Alienações, Abates e Regularizações	938.121,17	938.121,17
Saldo Final	<u>(78.335,16)</u>	<u>(78.335,16)</u>
ACTIVO LÍQUIDO	<u>7.620,91</u>	<u>7.620,91</u>

Por descontinuação ocorrida no exercício de 2011, procedeu-se ao abate integral dos itens atinentes ao programa de gestão operacional anteriormente utilizado.

5. Outros Activos Financeiros

Nesta rubrica está registada, ao valor de aquisição, a contribuição para o património associativo da Associação Nacional para o Registo de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (ANREEE).

6. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a rubrica de clientes apresentava as seguintes maturidades:

<u>A receber</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
< 90 dias	628.669,30	583.307,80
90 - 180 dias	226.902,03	132.063,05
> 180 dias	496.935,56	462.758,06
	<u>1.352.506,89</u>	<u>1.178.128,91</u>

Relativamente ao ajustamento de dívidas a receber, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica apresentava os seguintes saldos, conforme movimentação que abaixo se expressa:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo Inicial	369.095,49	491.583,88
Reversões	(34.952,31)	(193.506,29)
Reforços	<u>79.246,05</u>	<u>71.017,90</u>
Saldo Final	413.389,23	369.095,49

7. Estado e Outros entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição (valores a pagar apresentados com sinal negativo):

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	208.640,74	249.441,24
Imposto sobre o Rend. P. Colectivas	-	(133.128,21)
Imposto Sobre o Rend. P. Singulares	(14.968,51)	(20.256,53)
Contribuições para a Segurança Social	<u>(17.891,05)</u>	<u>(17.248,03)</u>
	175.781,18	78.808,47

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos a nível de segurança social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Nesta conformidade, e considerando as conclusões das acções de inspecção, no âmbito de IRC, relativas aos exercícios de 2007 e 2009, levadas a cabo em 2011, as declarações fiscais da Associação relativas aos exercícios de 2008 a 2011 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão, com excepção ao imposto acima aludido, relativamente ao qual apenas se encontram sujeitas as declarações fiscais de 2008, 2010 e 2011.

Importa salientar que das atrás mencionadas acções de inspecção não resultaram quaisquer actos tributários ou matéria tributária desfavorável à Associação.

A Administração da Associação entende que as eventuais correcções resultantes de revisões / inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

8. Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os saldos componentes desta rubrica apresentavam a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Juros a receber	359.813,11	292.375,14
Ecovalores a receber	2.887.390,57	4.297.718,76
Outros devedores por acréscimos de proveitos	107.643,00	124.116,70
Outros devedores e credores	<u>7.075,75</u>	<u>-</u>
	3.361.922,43	4.714.210,60

Na sub-rubrica “Juros a receber” encontra-se registado o montante de juros respeitantes às diversas aplicações financeiras da Associação, corridos até 31 de Dezembro de 2011 e 2010, mas só efectivamente recebidos após essa data.

Em sede da sub-rubrica “Ecovalores a receber” encontra-se registado o montante de facturação referente ao último trimestre de 2011 e 2010, cuja emissão ocorreu a partir do mês de Janeiro de 2012 e 2011; o cálculo de tal montante teve por base os mapas reportados e facturados em Janeiro de 2012 e 2011, acrescidos de estimativa para mapas não reportados, com base nos valores históricos de facturação trimestral.

Na sub-rubrica “Outros devedores por acréscimos de proveitos”, estão reconhecidos os montantes referentes a *rappel* sobre publicidade televisiva já efectuada, a receber futuramente.

9. Diferimentos

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é decomposto pelos seguintes gastos:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Seguros Liquidados	36.946,37	40.491,54
Rendas Liquidadas	6.731,81	6.731,81
Formação	1.928,00	-
Outros custos diferidos	<u>6.539,95</u>	<u>140,00</u>
	52.146,13	47.363,35

10. Caixa e Depósitos Bancários

Os saldos de caixa e depósitos bancários a 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 apresentavam a seguinte decomposição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa	2.200,04	268,93
Depósitos à Ordem	403.422,64	1.147.945,81
Depósitos a Prazo	<u>21.450.000,00</u>	<u>23.350.000,00</u>
	21.855.622,68	24.498.214,74

Os depósitos a prazo, à data de 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontravam-se aplicados nas seguintes instituições financeiras, a taxas de juro nominais de 2,62% a 6,90% (2011) e de 1,90% a 5,30% (2010):

<u>Banco</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Banco Espírito Santo	7.000.000,00	6.250.000,00
Banco Santander Totta	3.500.000,00	5.900.000,00
Caixa Geral de Depósitos	9.450.000,00	10.450.000,00
BANIF	-	750.000,00
Deutsche Bank	1.500.000,00	-
	<u>21.450.000,00</u>	<u>23.350.000,00</u>

A taxa média de rendibilidade das aplicações efectuadas no exercício de 2011 foi de 4,09% (2,55% em 2010).

11. Património Associativo

A 31 de Dezembro de 2011, o Património Associativo era de EUR 620.000,00 respeitante à contribuição dos 62 Associados Fundadores, encontrando-se integralmente realizado.

12. Provisões

Tomando por base o normativo vigente, designadamente o disposto nas NCRF 21 e 26, e assumindo a obrigação presente da AMB3E - na recolha de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos / REEE e de resíduos de pilhas e acumuladores / RPA - decorrente de acontecimentos passados (colocação no mercado Nacional, por parte dos aderentes da AMB3E, de equipamentos eléctricos e electrónicos / EEE e pilhas e acumuladores / PA, cuja responsabilidade pelo fim de vida foi pelos mesmos transposta para a Associação no momento da correspondente adesão) é entendimento desta entidade que deve ser reconhecida a responsabilidade atinente aos gastos com a recolha e tratamento de tais resíduos, geradora de exfluxos de recursos financeiros em anos futuros, sendo que a correspondente estimativa pode, à data de hoje, ser medida com fiabilidade.

Nesta conformidade, a componente de aumento / reforço da provisão toma por base as metas anuais de recolha de resíduos definidas nos termos do licenciamento aplicável à actividade da AMB3E, estimando por esta via as quantidades para recolha e tratamento em exercícios futuros, decorrentes das suas acções passadas e geradoras de obrigação presente.

A componente de diminuição / reversão assenta nos períodos de vida útil estimada para cada uma das categorias de equipamentos eléctricos e electrónicos legalmente definidas, considerando a melhor informação disponível para o efeito, suportadas em bases de dados de reconhecido mérito, a nível internacional.

Critério de Mensuração

O cálculo do reforço da provisão no presente exercício (aplicado de forma consistente face a exercícios anteriores) teve por base o produto do gasto médio de gestão operacional de REEE efectivamente incorrido em 2011 (EUR 283,66 / tonelada) pelo volume de REEE a gerir em anos futuros, decorrente do volume de EEE em 2011 colocados no mercado pelos aderentes da Associação, atendendo ao enquadramento legal actual, nomeadamente o expresso nos termos da licença relativa ao SIGREEE, estimado em 30.564 toneladas para o ano de 2011.

Para o cálculo da reversão da provisão foi considerado um período de vida útil médio de sete anos para a globalidade das categorias legais. Tal período resultou da pesquisa levada a cabo pela AMB3E junto de duas bases de dados de referência para o sector, nomeadamente a disponível no *National Institute for Environmental Studies* (Japão) e a disponível na *United Nations University*, órgão ligado à ONU. A metodologia utilizada assentou na agregação, por categoria legal, das diversas tipologias de equipamentos eléctricos e electrónicos constantes nas atrás referidas bases de dados, considerando posteriormente o período de vida útil como o resultante do mínimo das médias simples obtidas para cada categoria legal. Na aplicação deste critério considerou-se o ano de colocação no mercado de cada categoria legal de EEE como primeiro ano para a reversão da provisão, sendo então esta consumida numa base directamente proporcional ao número de anos de vida útil estimada para cada uma das atrás aludidas categorias legais.

Movimentos ocorridos

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

	Outras Provisões	Total
Quantia Escriturada inicial	16.985.155,28	16.985.155,28
Aumentos		
Reforço	8.669.637,00	8.669.637,00
Total	8.669.637,00	8.669.637,00
Diminuições	(5.225.026,00)	(5.225.026,00)
Quantia Escriturada final	20.429.766,28	20.429.766,28

13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2011 os fornecedores correntes com saldos mais significativos eram os seguintes:

Designação	Saldo
Renascimento, Gestão e Reciclagem de Resíduos, Lda	255.633,78
INTERECYCLING Sociedade de Reciclagem, S.A.	194.084,63
BATES RED CELL PORTUGAL PUBLICIDADE	178.314,24
RECIELECTRIC - Resíduos de Equipamentos Eléctricos	112.012,61
Ambicare Industrial - Tratamento de Resíduos, S.A.	88.994,17
CAETSU PUBLICIDADE, SA.	30.750,00
ICM AG International Congress & Marketing	22.140,00
VALNOR, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	20.715,58
VALOR AMBIENTE Gestão e Administração de Resíduos	20.425,89

De referir que os saldos identificados anteriormente representam cerca de 56% do total da rubrica a 31 de Dezembro de 2011.

14. Financiamentos obtidos

O montante expresso nesta rubrica, com referência a 31 de Dezembro de 2011, respeita integralmente à expressão contabilística de diversos pagamentos nessa data em trânsito, não correspondendo pois à contratação efectiva de qualquer responsabilidade relativa a financiamento.

15. Outras contas a Pagar (Passivo Corrente)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os saldos componentes desta rubrica apresentavam a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Pessoal	-	381,98
Contratos Leasing classificados como correntes	189.803,49	25.054,65
Credores por acréscimos de gastos	777.379,59	4.278.043,81
Outros devedores e credores	-	3.798,38
	<u>967.183,08</u>	<u>4.307.278,82</u>

O saldo da sub-rubrica “Credores por acréscimos de gastos” é composto conforme segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Seguros a liquidar	-	376,03
Remunerações a liquidar	268.714,66	189.075,12
Custos SIGREEE	-	3.758.405,00
Custos I&D	29.721,00	18.000,00
Outros credores por acréscimos de gastos	478.943,93	312.187,66
	<u>777.379,59</u>	<u>4.278.043,81</u>

Relativamente à sub-rubrica “Custos SIGREEE”, o saldo da mesma reflectiu – ao longo do período relativo à primeira licença de gestão do SIGREEE - o reconhecimento, por parte da AMB3E, das responsabilidades acumuladas com a gestão e tratamento de REEE, de acordo com a melhor informação técnica disponível à data de apresentação de contas.

Refira-se que, nos primeiros dois anos de actividade da Associação, as metas operacionais não foram atingidas, devido fundamentalmente a: (i) o licenciamento estabelecer retroactividade ao início de 2006; (ii) hiato temporal entre a obtenção da licença e efectiva montagem e operacionalização da plataforma de gestão, ficando pois a AMB3E com o ónus de compensar em períodos posteriores a diferença de quantidades então registada.

Nesta conformidade, foram reconhecidos nesta sub-rubrica, nos exercícios de 2006 e 2007, cerca de EUR 21,1M, referentes à diferença de quantidades atrás referida, inicialmente cifrada em 41,5K toneladas.

O exercício findo a 31 de Dezembro de 2011 permitiu assegurar, face ao volume de quantitativos geridos pela Associação (43,5K toneladas), a recuperação total das responsabilidades acumuladas, pelo que o montante de EUR 3.758.405,00 foi totalmente revertido no presente exercício, através do reconhecimento do correspondente proveito, em sede da rubrica “Outros rendimentos e ganhos”.

Por fim, o saldo da sub-rubrica “Outros credores por acréscimos de gastos”, respeita fundamentalmente à aplicação do principio do acréscimo às despesas referentes à área de gestão de resíduos, facturadas em 2012 mas incorridas no exercício de 2011.

16. Fornecimentos e serviços externos

No âmbito desta rubrica destacaram-se, pela sua materialidade, os seguintes saldos:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Subcontratos	12.334.507,38	10.380.452,09
Trabalhos Especializados	650.744,43	895.848,44
Publicidade e Propaganda	2.894.385,28	874.806,05
Honorários	77.654,67	159.043,65
Rendas e Alugueres	115.563,85	102.317,92
Deslocações e Estadas	33.330,11	28.912,31
Comunicação	54.743,19	55.114,17
Materiais	86.212,87	69.158,82
Combustiveis	21.508,88	16.191,21
Seguros	11.762,69	11.984,54
Outras despesas	26.410,09	12.692,40
TOTAL	16.306.823,44	12.606.521,60

Na rubrica “Subcontratos” estão registados os gastos directos com a operação de gestão de resíduos nomeadamente, recepção e triagem, transporte e tratamento e valorização, correspondendo o acréscimo verificado no exercício de 2011 ao maior volume de quantitativos geridos pela AMB3E, face a 2010.

A rubrica “Trabalhos Especializados” é fundamentalmente composta por serviços subcontratados de informática e por serviços de consultoria do Departamento de Gestão de Resíduos. A redução destes gastos justifica-se: (i) pela diminuição dos custos com informática, atinente à substituição do programa de gestão operacional da Associação, ocorrida em 2011; e (ii) pela redução dos gastos de investigação e desenvolvimento, atenta a fase de maturidade atingida pelo SIGREEE.

Os gastos com publicidade e propaganda são essencialmente atinentes a: (i) realização de quatro vagas de comunicação televisiva, ocorridas no decurso do segundo semestre de 2011; (ii)

realização da campanha “Escola Electrão”, programa que tem como principal objectivo sensibilizar e envolver professores, alunos, funcionários, pais e comunidade em geral, no esforço global da reciclagem e valorização dos resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE) e de pilhas e acumuladores (RPA); (iii) realização da primeira edição da campanha “Quartel Electrão”, campanha esta que, visando também a sensibilização para a temática atrás referida, tem como alvo a comunidade social servida pelas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários distribuídas por todo o território continental.

Na rubrica “Honorários” estão fundamentalmente registados os custos com auditoria externa de gestão de resíduos.

A rubrica “Rendas e alugueres” contempla essencialmente os gastos com as rendas das instalações da Associação, aluguer de fotocopiadoras e aluguer / *renting* de viaturas.

17. Gastos com o Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os saldos componentes desta rubrica apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remunerações do Pessoal	941.494,82	679.952,39
Encargos sobre remunerações	160.842,90	117.093,20
Indemnizações	168.252,80	-
Seg. Acid de Trab e Doenças Prof.	63.606,66	60.766,76
Outros gastos c/ Pessoal	<u>18.606,54</u>	<u>15.243,00</u>
Total	1.352.803,72	873.055,35

Importa referir que o acréscimo verificado na sub-rubrica “Remunerações do Pessoal” resulta do reforço do efectivo laboral da AMB3E, verificado em 2010, cuja expressão total do correspondente gasto ao longo de um período completo ocorreu apenas em 2011. Relativamente ao montante inscrito na sub-rubrica “Indemnizações”, este reflecte fundamentalmente o acordo de rescisão, celebrado em 2011, com o anterior Director-Geral da Associação.

O número médio de pessoal da entidade ao longo dos dois últimos anos, e o número de pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro 2011 e de 2010, foi de:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Número médio de empregados	18	16
Número de empregados no fim do período	18	18

18. Outros Rendimentos e Ganhos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta conta é composto pelas seguintes rubricas:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contribuição de Jóias - Utentes	57.800,00	122.000,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	986,61	11.042,83
Alienações - Activos Fixos Tangíveis	15.500,00	9.079,86
Correcções relativas a períodos anteriores	51.968,40	25.676,54
Excesso da estimativa para impostos	112.950,22	4.719,82
Reversão GAP	3.758.405,00	8.336.611,06
Outros não especificados	75.317,87	23011,04
	<u>4.072.928,10</u>	<u>8.532.141,15</u>

Relativamente ao montante inscrito na sub-rubrica “*Reversão GAP*”, vide comentário expresso na nota 15. do presente anexo.

No tocante à sub-rubrica “*Excesso de estimativa para impostos*”, o saldo da mesma reflecte a anulação da estimativa referente a IRC de 2010, por via da consideração, como taxas liberatórias, das retenções na fonte nesse ano efectuadas; a este propósito, vide nota 19. abaixo.

19. Outros Gastos e Perdas

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Impostos	5.089,36	9.972,96
Taxas	67.733,20	-
Abates	37.733,05	-
Correcções relativas a períodos anteriores	104.645,70	213.433,97
Quotizações	24.382,00	78.128,10
Multas Fiscais	801,00	3.757,09
Outros não especificados	132.748,03	6.117,78
	<u>373.132,34</u>	<u>311.409,90</u>

Relativamente às sub-rubricas mais relevantes, importa referir:

- na sub-rubrica “*Taxas*” estão fundamentalmente registados os montantes referentes à taxa de Licenciamento de Entidades Gestoras de Sistemas Integrados (EUR 52.840,50), montante esse cobrado pela entidade Agência Portuguesa do Ambiente;
- o montante registado na sub-rubrica “*Abates*” respeita à menos valia resultante do abate de bens do activo fixo intangível – a este propósito, vide nota 4;

- o saldo da sub-rubrica “Correcções relativas a períodos anteriores” é essencialmente suportado: (i) pela anulação do valor registado em “retenção na fonte de capitais”, em sede de IRC (EUR 96.430,11), referente ao exercício de 2010 e ajustado no decurso de 2011, por via da consideração, como taxas liberatórias, das retenções na fonte nesse ano efectuadas; e (ii) reversão do reembolso de IRC referente a 2008 (EUR 187.118,04);
- relativamente à sub-rubrica “Quotizações”, a componente fundamental da mesma assentou, em 2010, no *fee* relativo à participação da Associação numa ferramenta de gestão disponibilizada por uma organização internacional da categoria legal 5., sendo que tais gastos foram reclassificados, em 2011, para a sub-rubrica “Consultoria técnica”, em sede de fornecimentos e serviços externos;
- no atinente à sub-rubrica “Outros Custos não Especificados”, o montante inscrito em 2011 reflecte a assunção do estorno de IRC referente a 2007, então (2008) indevidamente reembolsado.

20. Juros e similares

Na rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos” estão incluídos os montantes respeitantes à remuneração de depósitos a prazo e de outras aplicações de tesouraria da Associação, líquidos das taxas liberatórias sobre os mesmos aplicados.

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” é composta fundamentalmente pelos juros suportados em sede das rendas incorridas no exercício de 2011, relativamente aos contractos de locação financeira em vigor.

Outras Informações:

A) Remuneração dos membros dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais nos exercícios de 2011 e 2010, foram de, respectivamente:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Conselho de Administração	74.250,00	-
Conselho Fiscal	11.200,00	9.000,00
	<hr/> 85.450,00	<hr/> 9.000,00

Conforme decisão em Assembleia-Geral extraordinária ocorrida em Dezembro de 2010, os membros do conselho de administração e da mesa da assembleia-geral da AMB3E passaram a ser

remunerados, sendo tal remuneração atribuída em função da correspondente participação nas reuniões dos respectivos órgãos.

B) Processos judiciais em curso

A Associação moveu uma acção judicial a um seu ex-fornecedor de serviços de informática, ascendendo tal acção ao montante de EUR 1.214.000. Nos registos contabilísticos da Associação constam, à data de 31 de Dezembro de 2011, cerca de EUR 440.000,00 pendentes de pagamento a tal fornecedor.

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

Página em branco.

11. Certificação Legal das Contas

Pedro Manuel Travassos de Carvalho
Revisor Inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o nº 634

1

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinei as demonstrações financeiras da AMB3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de activo líquido de 27.102.108,94 euros, um total de Fundos Patrimoniais de 2.171.472,05 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.325.092,91 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais referentes ao exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Director Geral e do Conselho de Administração da Associação a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Director Geral e pelo Conselho de Administração da Associação, utilizadas na sua preparação;

Rua Borges Carneiro, 31/1º Esq.
1200-617 Lisboa
Telemóvel: 937 992 099 / 914 933 455
Fax: 213 954 368
Email: pedrotravassos@netcabo.pt

Pedro Manuel Travassos de Carvalho

2

Revisor Inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o nº 634

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

Opinião

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Amb3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos em 31 de Dezembro de 2011 e o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações nos fundos patrimoniais, com referência ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros Requisitos Legais

8. É também minha opinião que a informação constante no Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamo a atenção para as situações seguintes:

9.1 Conforme descrito detalhadamente no Relatório de Gestão e nas Notas 12, 15 e 18 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a deterioração do resultado do exercício reflecte,



Rua Borges Carneiro, 31/1º Esq.
1200-617 Lisboa
Telemóvel: 937 992 099 / 914 933 455
Fax: 213 954 368
Email: pedrotravassos@netcabo.pt

Pedro Manuel Travassos de Carvalho
Revisor Inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 634

3

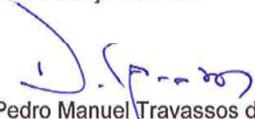
para além da redução da facturação de serviços prestados e do aumento dos gastos operacionais, os efeitos a seguir descritos:

i) um proveito global de 3,758 milhões de euros (8,3 milhões de euros em 2010), reflectido em Outros Rendimentos e Ganhos, decorrente da recuperação integral das responsabilidades acumuladas com recolha, transporte e tratamento de resíduos que se traduziu na total anulação das responsabilidades acumuladas da Associação, reflectidas no Passivo em Outras Contas a Pagar – Custos SIGREEE / Reversão GAP (Notas 15 e 18 do Anexo);

ii) um custo líquido de 3,4 milhões de euros – reflectindo um reforço de 8,7 milhões de euros e uma reposição de 5,3 milhões de euros - da provisão constituída em 2009 e em 2010, cujo valor actual acumulado ascende a 20,4 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011, conforme detalhadamente descrito na Nota 12 do Anexo. Esta provisão, constituída por decisão do Conselho de Administração da Associação, destina-se a assegurar o financiamento das responsabilidades com a recolha e tratamento de resíduos decorrente de acontecimentos passados que implicarão a absorção de importantes recursos financeiros no futuro.

9.2 O Orçamento apresentado pela AMB3E para 2012 prevê um resultado líquido negativo de 3,2 milhões de euros. Caberá ao Conselho de Administração da Associação definir a forma como irão ser recompostos os Fundos Patrimoniais da Associação.

19 de Março de 2012


Pedro Manuel Travassos de Carvalho
Revisor Oficial de Contas n.º 634

Rua Borges Carneiro, 31/1.º Esq.
1200-617 Lisboa
Telemóvel: 937 992 099 / 914 933 455
Fax: 213 954 368
Email: pedrotravassos@netcabo.pt

Página em branco.

12. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento das disposições legais e estatutárias vem o Conselho Fiscal da AMB3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos, apresentar o Relatório da sua acção fiscalizadora, bem como o Parecer sobre o Relatório e Contas respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, que foram submetidos à sua apreciação pelo Conselho de Administração.

No cumprimento da acção fiscalizadora, procedemos à verificação dos livros, dos registos contabilísticos e dos documentos de suporte, tendo sido efectuado os testes e outros procedimentos de análise com a profundidade que julgámos adequada nas circunstâncias. Reunimo-nos ao longo do ano com o Director Geral e com o Director Administrativo e Financeiro da Associação.

Apreciámos o Relatório de Gestão, o qual foi elaborado em obediência ao estipulado no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

As demonstrações financeiras e as correspondentes notas anexas foram elaboradas em conformidade com os preceitos legais.

Apreciámos o conteúdo da Certificação Legal das Contas emitida, nesta data, sem Reservas e com duas Ênfases pelo Revisor Oficial de Contas, a qual merece a nossa concordância e cujo conteúdo passa a fazer parte integrante deste Relatório e Parecer. Deixamos expressa a nossa concordância com o Relatório de Análise de Controlo Interno emitido pelo Revisor Oficial de Contas em 11 de Novembro de 2011, com as conclusões da análise à área de Gestão de Resíduos. Tomamos, também, conhecimento do Relatório da Fiscalização Efectuada emitido nesta data pelo Revisor Oficial de Contas, dirigido à Direcção Geral e Administração, com cujo conteúdo concordamos.

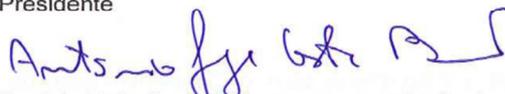
Em face do exposto, somos de Parecer que a Assembleia Geral aprove:

- a) As Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011;
- b) O Relatório de Gestão e a proposta de aplicação dos resultados.

Lisboa, 19 de Março de 2012

O CONSELHO FISCAL:

Presidente



Eng.º António Costa Brás em representação da
Philips Portugal, S. A.

Vogal



Eng. Gilson Lebre, em representação da
Legrand Electrica, S.A.

Vogal



Dr. Pedro Manuel Travassos de Carvalho,
Revisor Oficial de Contas (n.º 634)



Associação Portuguesa
de Gestão de Resíduos

Morada

Quinta da Fonte, Edifício D. José – Piso 0

Rua Quinta da Quintã N.ºs 1 e 1ª

2770 - 071 Paço de Arcos

Tel. : (+351) 21 416 90 20

Fax.: (+351) 21 416 90 39

Email: amb3e@amb3e.pt

www.amb3e.pt

CONTACTOS